



A banalidade do mal

PROJETOS EDUCATIVOS PODEM
PREVENIR A BARBÁRIE

RIO CLARO
PARQUE GEOLÓGICO
MUNICIPAL

COMPORTAMENTO
CIVILIZAÇÃO DO HOMEM
SENTADO



Governador
Geraldo Alckmin

Secretaria de Desenvolvimento
Econômico, Ciência, Tecnologia
e Inovação

Márcio França



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Reitor

Sandro Roberto Valentini

Vice-reitor

Sergio Roberto Nobre

Pró-reitor de Administração

Leonardo Theodoro Bull

Pró-reitor de Graduação

Gladis Massini-Cagliari

Pró-reitor de Pós-Graduação

João Lima Sant'Anna Neto

Pró-reitora de Extensão Universitária

Cleopatra da Silva Planeta

Pró-reitor de Pesquisa

Carlos Frederico de Oliveira Graeff

Secretário-geral

Arnaldo Cortina

Chefe de Gabinete

Carlos Eduardo Vergani

Assessor-chefe da Assessoria de

Comunicação e Imprensa

Oscar D'Ambrosio



editora
unesp
fundação

Presidente do Conselho Curador

Mário Sérgio Vasconcelos

Diretor-presidente

Jézio Hernani Bomfim Gutierrez

Editor-executivo

Túlio Kawata

Superintendente administrativo e financeiro

William de Souza Agostinho



unespciência

Diretor de redação Oscar D'Ambrosio

Arte Hankô Design (Ricardo Miura)

Assistente de arte Andréa Cardoso

Colaboradores Alceu João Gregory, Carlos Alberto Cinquetti,

Claudia Fernanda de Campos, Eli Vagner F. Rodrigues, José

Roberto Fernandes Castilho, Nelson Pedro-Silva, Vinicius R.

Tonetti, Adilson Roberto Gonçalves, Oscar D'Ambrosio, Sérgio

Mauro, Sinésio Ferraz Bueno, Matheus de Oliveira Pereira

(texto); Chello Fotografia (foto)

Revisão Maria Luiza Simões

Projeto gráfico Hankô Design (Ricardo Miura)

Produção Mara Regina Marcato

Apoio de internet Marcelo Carneiro da Silva

Apoio administrativo Thiago Henrique Lúcio

Endereço Rua Quirino de Andrade, 215, 4º andar,

CEP 01049-010, São Paulo, SP. Tel. (11) 5627-0327.

www.unespciencia.com.br

revistaunespciencia@reitoria.unesp.br

Impressão 46 Indústria e Logística de Impressos

Tiragem 6 mil exemplares

É autorizada a reprodução total ou parcial de textos e
imagens desde que citada a fonte. Os artigos assinados não
refletem necessariamente a opinião da Universidade.

Construção de sonhos

O artista plástico Nathan Sawaya afirma que “Sonhos são construídos... uma peça por vez”. Do mesmo modo, uma revista de divulgação científica é erguida em tijolinhos. Nesta edição, a primeira de 2017, começamos com uma reflexão sobre o ato passivo de ver televisão.

Em seguida, a viagem da leitura nos leva para uma pesquisa realizada com uma ave rara da Mata Atlântica e o lançamento da pedra fundamental de um Parque Geológico Municipal em Rio Claro.

Biorrefinarias, Economia, Dia Mundial da Justiça Social, discussão sobre a solidariedade do paulistano, livro sobre relações entre Brasil e Argentina, obra do escritor italiano Primo Levi, mágico jazz de Miles Davis e Fábrica de Óperas do Instituto de Artes da Unesp são outros tópicos tratados.

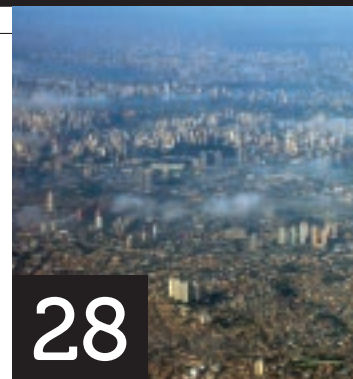
O artigo de capa trata da banalidade do mal, um tema que encontra seu contraponto no texto que encerra a edição, um apontamento sobre o significado do Ano Novo como símbolo de incertezas e de esperanças, numa busca por uma sociedade em que respeito e liberdade sejam palavras fundamentais, pecinhas a erguer uma prática melhor da existência.



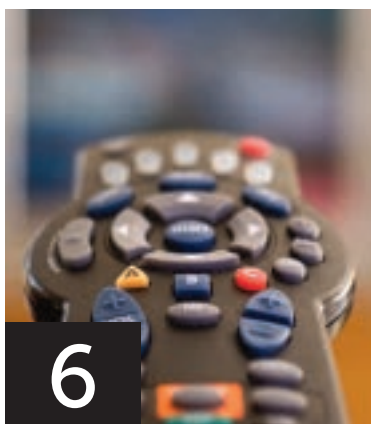
18

BIOENERGIA
A biorrefinaria
como caminho
ADILSON ROBERTO
GONÇALVES

PSICOLOGIA
O paulistano é
solidário
NELSON PEDRO-
-SILVA



28



6
COMPORTAMENTO
Civilização do homem sentado
JOSÉ ROBERTO FERNANDES CASTILHO

FILOSOFIA
A banalidade
do mal
SINÉSIO FERRAZ
BUENO



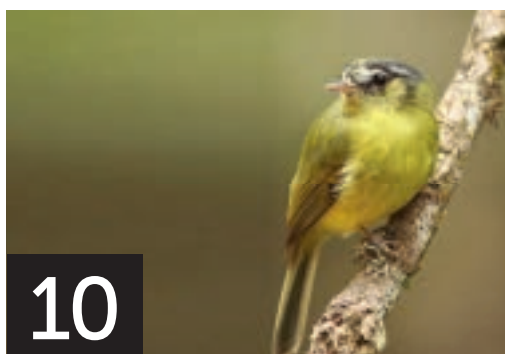
34



14

GEOLOGIA
Parque
Geológico
Municipal em
Rio Claro

ECOLOGIA
Pesquisa
realizada com
ave rara da Mata
Atlântica
VINICIUS R.
TONETTI



10



20

ECONOMIA
Uma nova ciência
CARLOS ALBERTO CINQUETTI



INTERCULTURALIDADE
Dia Mundial
da Justiça Social
ALCEU JOÃO GREGORY

26



40

MÚSICA
Miles Ahead: muito Miles,
pouco jazz
ELI VAGNER F. RODRIGUES

MEMÓRIA
O perdão
do papa
Francisco e
a morte de
Primo Levi
SÉRGIO MAURO
E CLAUDIA
FERNANDA DE
CAMPOS



38



50



32

RESENHA
Diplomacia e
Defesa
MATHEUS DE
OLIVEIRA PEREIRA



48

OPINIÃO
O sorriso do
Ano Novo
OSCAR D'AMBROSIO

FOTO DO MÊS
Fábrica de
Óperas
CHELLO
FOTÓGRAFO

Civilização do homem sentado

HOJE, A PESSOA
NÃO PRECISA
MOVIMENTAR
O CORPO PARA
FAZER QUASE
TUDO

Faz uns vinte anos que o controle remoto da TV se popularizou e isto foi uma grande novidade, porque a pessoa não precisava mais levantar-se da cadeira para mudar o canal da TV. Na época, chegou-se até a dizer que a família Marinho iria combater a produção destes equipamentos no Brasil para não perder a hegemonia da Globo. Hoje, a pessoa não precisa movimentar o corpo para fazer quase tudo: não precisa sair do carro para abrir o portão de casa, não precisa pular da cama para pegar correspondência ou ler o jornal, não precisa sequer sair de casa para assistir aula na faculdade, por força da videoconferência, e nem para fazer prova (já foi criada a teleprova).

Numa escala maior, a pessoa não precisa se deslocar de casa nem mesmo para trabalhar porque já existe, com intensidade cada vez maior, a figura do teletrabalho, mediante o qual o trabalhador exerce suas atividades

no computador, em qualquer lugar que esteja. E a legislação trabalhista já incorporou a nova forma de prestação do trabalho ao estabelecer, desde 2011, que “não se distingue entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador, o executado no domicílio do empregado e o realizado a distância, desde que estejam caracterizados os pressupostos da relação de emprego”.

O imobilismo, o sedentarismo, portanto, é a regra. Certeiro em suas análises, mesmo que lá não muito organizadas, Gilberto Freyre já dizia, em 1967, que vivemos na civilização do homem sentado. Num curiosíssimo livro sobre a sociologia da Medicina, Freyre observa que a nossa é uma civilização “excessivamente sedentária, pelo fato de obrigar muitos dos seus participantes a trabalhos, devoções e recreações sedentárias, muitas delas com esses participantes sentados em cadeiras de vários feitios, du-



JOSÉ ROBERTO FERNANDES CASTILHO



© Leon Wyczółkowski, "Primavera", 1931.

rante horas a fio". Além disso, esta civilização desaprova posturas de trabalho ou de repouso "que se afastem da postura consagrada como ortodoxa, de homem sentado, à europeia ou à anglo-americana, como sejam a postura da pessoa reclinada em divã, em tapete, em esteira,

AS ACADEMIAS SÃO A EXPRESSÃO VISÍVEL DA CIVILIZAÇÃO SEDENTÁRIA, QUE NÃO SE MOVIMENTA E, PIOR, NEM SABE COMO SE MOVIMENTAR

ou de pernas cruzadas sobre coxins ou tapetes, para conversa, refeições, trabalho, convivência".

Apesar disso, tais posturas podem ser higienicamente superiores à do homem sentado. Os cidadãos romanos passavam boa parte da vida reclinados em leitos na sala de jantar (triclinium) — comendo com as mãos, como mostra um livro recente (*Tudo sobre a casa*, de

Anatxu Zaballenas). Neste sentido, por que razão, por exemplo, não poderia o juiz receber as partes para audiência — que é gravada — confortavelmente sentado num tapete? Ou o presidente numa reunião do ministério acomodado em almofada? Será que isto retiraria a seriedade do ato?

As consequências negativas da postura ortodoxa são várias, passando pelas hemorroidas e pelo câncer de próstata até chegar à obesidade com os diversos males que a acompanham. Porém uma consequência específica do sedentarismo são as academias de ginástica, que proliferam nas cidades como as igrejas. Os índios (ou os "não civilizados", como diz Freyre) não precisavam de academia de ginástica porque a atividade física fazia parte integrante da sua vida diária. Não é o que ocorre hoje em dia. As academias são a expressão visível da civilização sedentária, que não se movimenta e, pior, nem sabe como se



© Depositphotos

movimentar. Claro que elas poderiam ser substituídas por atividades de rua como corrida, caminhada e alongamento. Mas acontece que o problema do sedentarismo é tão grave que as pessoas vão para as academias aprender a se movimentar.

Não é à toa, voltando a Freyre, que uma das imagens mais fortes no imaginário popular seja a de São Jorge a cavalo, dominando o dragão. Pode-se ver o mesmo em cartazes de filmes como o Rambo e outros vingadores: a imagem é de alguém em movimento de força exatamente porque isto é desejado – e não a passividade da cadeira, que se tem na realidade. Talvez não haja um herói cuja imagem o mostre sentado na cadeira. Há o *Pensador* de Rodin, mas neste caso o corpo está contorcido a demonstrar como pensar é difícil. Conta a lenda que, em 1938, o ministro Gustavo Capanema rejeitou os esboços da escultura do “homem brasileiro” feitos pelo grande Ernesto

de Fiore para a sede do Ministério da Educação e Saúde (MES) porque o mostravam sentado e não altivo, em marcha, como se queria. O artista, então, refugiou-se em Prudente, onde teria parentes, para superar o trauma.

Na verdade, movimentar-se é algo tão difícil, nos tempos em que vivemos, que, por falta de bons jogadores, os times de futebol estão desaparecendo e o próprio futebol brasileiro está sumindo, o que a queda de público nos estádios reflete bem. No último Paulistão, por exemplo, mais da metade dos jogos teve público inferior a 5 mil pagantes. É que as crianças estão sentadas diante do computador jogando CS ou Warcraft enquanto os adultos – também sentados – veem *Guerra dos Tronos* na TV, não por acaso, jogos e filmes de ação intensa. Daí a vantagem do recente Pokémon sobre os outros games: ele obriga o jogador a sair de casa, ainda que, por isso, possa cair no buraco. **uc**



José Roberto Fernandes Castilho é professor do Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp de Presidente Prudente

Pesquisa realizada com ave rara da Mata Atlântica

SÃO INDICADAS MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO QUE PODEM APRESENTAR EFEITOS POSITIVOS PARA A CRISE HÍDRICA DA CANTAREIRA

A Mata Atlântica possui uma biodiversidade riquíssima. O bioma está em uma das regiões do planeta com maior número de espécies de aves. No entanto, a despeito dos elevados níveis de biodiversidade, a região apresenta também um grande número de espécies em risco de extinção. A fragmentação florestal causada pelo homem, isto é, o processo de diminuição e isolamento da vegetação nativa, é uma das principais ameaças à sua biodiversidade. Associado aos efeitos da fragmentação, o aquecimento global é outro fator que pode comprometer seriamente a conservação das aves em longo prazo. Apesar disso, ainda faltam conhecimentos básicos a respeito da biologia da maior parte das espécies de aves que ocorrem na Mata Atlântica, assim como em outras florestas tropicais em todo o mundo.

Todos esses fatores motivaram o biólogo e ornitólogo (pesquisador que estuda aves) Vi-

nicius Tonetti a estudar a fundo o barbudinho (*Phylloscartes eximius*), um pequeno passarinho que mede cerca de 12 centímetros e pesa 8 gramas. Assim como diversas outras aves endêmicas da Mata Atlântica, o barbudinho é considerado uma espécie rara e está ameaçado de extinção em alguns estados brasileiros, além de ser considerado “quase ameaçado” em nível global. O trabalho feito por Tonetti como aluno do Departamento de Zoologia da Unesp de Rio Claro foi parte de seus estudos de mestrado realizados sob a orientação do professor Dr. Marco Aurélio Pizo, também da mesma instituição. O mestrado foi dividido em duas partes: na primeira delas foi realizado um estudo sobre a densidade e preferência de habitat da ave no Parque Estadual da Cantareira.

O Parque Estadual da Cantareira está situado na região metropolitana de São Paulo e compreende parte dos municípios de São



© Wagner Nogueira

Paulo, Guarulhos, Mairiporã e Caieiras. Apesar de estar em uma das regiões mais densamente povoadas do planeta, o Parque abriga uma biodiversidade riquíssima. Animais como bugios e esquilos são comumente encontrados em suas trilhas e, com bastante sorte, é possível se deparar até mesmo com onças-pardas, veados e o incomum gavião-pombo-pequeno dentro da área do Parque. Para estudar o barbutinho, Tonetti chegava ainda de madrugada à Cantareira, às vezes até duas horas antes do amanhecer. É nas primeiras horas da manhã que as aves estão mais ativas, por isso a necessidade de chegar tão cedo à floresta. Após alguns minutos de caminhada nas trilhas ainda no escuro, eram iniciadas as amostragens em locais preestabelecidos, conhecidos pelos ornitólogos como “pontos-de-escuta”. Era nos pontos-de-escuta que Tonetti esperava o amanhecer na floresta

e onde literalmente escutava o barbutinho. Na floresta densa o barbutinho era sempre detectado pelo canto. Após ouvir o canto, o pesquisador estimava, então, a distância entre ele e as aves para, posteriormente, estimar a

O BARBUDINHO É CONSIDERADO UMA ESPÉCIE RARA E ESTÁ AMEAÇADO DE EXTINÇÃO EM ALGUNS ESTADOS BRASILEIROS

densidade da espécie por meio de uma série de equações matemáticas. A técnica é conhecida pelos biólogos como “Amostragem de Distâncias” (ou Distance Sampling em inglês) e é um método eficiente de se obter estimativas de densidade e abundância dos organismos sem ter que capturá-los. Além das estimativas de distância nos pontos-de-escuta, para saber se



Ambiente onde o barbudinho era frequentemente encontrado na Serra da Cantareira

© Wagner Nogueira

Vinicius R. Tonetti é bacharel em Ciências Biológicas (2012) pela USP e mestre em Ciências Biológicas (Zoologia; 2015) pela Unesp, Câmpus de Rio Claro. Trabalhou com conservação na Sociedade para a Conservação das Aves do Brasil (SAVE Brasil, BirdLife International Affiliate) e em projetos de pesquisa ornitológica em diversas regiões do país pela Seção de Aves do Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo (MZUSP). E-mail: <vrtonetti@gmail.com>.

a espécie tem preferência por algum tipo de ambiente específico, Tonetti tomava medidas da estrutura de vegetação (como, por exemplo, altura das árvores) e outras características do ambiente nos locais exatos onde o barbudinho era visto se alimentando de pequenos insetos.

Essa primeira etapa do trabalho realizada no Parque Estadual da Cantareira indicou que a espécie ocorre em densidade bastante baixa. Cada barbudinho ocupa uma área média de cerca de oito campos de futebol. Dessa maneira, apenas fragmentos florestais grandes (o que é atualmente raro na Mata Atlântica) podem manter um grande número de indivíduos da espécie. Além disso, foi constatado que a espécie apresenta forte preferência por florestas situadas nas margens de riachos e lagos. Essa preferência sugere que é necessário preservar faixas florestais com larguras

significativas próximas a lagos e riachos para que a conservação da espécie seja assegurada em longo prazo. No entanto, a principal legislação ambiental vigente no país, a Lei Federal 12.651 de 25 de maio de 2012, popularmente conhecida como “código florestal”, prevê que a largura mínima de floresta a ser preservada na beira de corpos d’água deve variar entre 30 e 500 metros, dependendo da largura do rio. Além disso, um decreto de lei (n.º 7.830 de 17 de outubro de 2012) estipula que pequenas propriedades devem conservar uma faixa mínima de vegetação nativa ainda menor, de apenas cinco metros, independentemente do tamanho do rio. Apesar de o trabalho realizado por Tonetti não ter determinado a faixa mínima de floresta que deve ser preservada nas margens de rios e lagos para assegurar a conservação do barbudinho, sabe-se que as

quantidades mínimas de proteção de floresta estabelecidas pelo código florestal e pelo decreto citado acima são insuficientes para fornecer habitat adequado para uma grande quantidade de espécies. Dessa forma, o ideal seria que a proteção das florestas ripárias fosse aumentada para auxiliar a conservação não apenas do barbudinho, mas de uma série de outros animais e plantas na Mata Atlântica e em todo o país. Essa etapa do trabalho foi recentemente publicada no periódico científico internacional *The Condor: Ornithological Applications*, que publica trabalhos de ornitologia (estudo das aves) e pode ser acessado neste link: <<http://www.bioone.org/doi/pdf/10.1650/CONDOR-16-89.1>>.

Em uma segunda etapa, Tonetti analisou a distribuição potencial da pequena ave por toda a Mata Atlântica brasileira por meio de uma técnica conhecida como “modelagem de nicho”. Para isso o pesquisador utilizou variáveis climáticas (como temperatura e precipitação), além de variáveis de relevo, e também de paisagem, que consideram o grau de isolamento dos fragmentos florestais da Mata Atlântica. A técnica de modelagem de nicho traça correlações entre as variáveis utilizadas e os locais conhecidos de ocorrência da espécie, identificando em mapas outras regiões que possuem condições semelhantes às dos locais onde a espécie já foi registrada. O que os mapas indicaram é que as áreas adequadas para ocorrência da espécie estão bastante fragmentadas e separadas umas das outras, o que sugere que as populações do barbudinho podem estar isoladas ao longo da Mata Atlântica. Além disso, uma projeção da distribuição da espécie em cenários climáticos futuros indica uma perda potencial de habitat disponível significativa. Caso os modelos estejam adequados, a espécie poderá perder até 40% de área de distribuição potencial até o ano de 2070, o que aumentaria grandemente o seu risco de extinção. Além disso, os pesquisadores constataram

**UMA PROJEÇÃO
INDICA UMA
SIGNIFICATIVA
PERDA
POTENCIAL
DE HABITAT
DISPONÍVEL**

que poucas áreas potencialmente adequadas para a ocorrência do barbudinho estão dentro de Unidades de Conservação. Ainda que os modelos sejam apenas uma aproximação da realidade, eles podem servir como um bom indicativo do que pode acontecer com a espécie no futuro. Essa segunda etapa contou com a colaboração do professor Dr. Milton Ribeiro, do Laboratório de Ecologia Espacial e Conservação (LEEC) do Departamento de Ecologia da Unesp Rio Claro.

Além da publicação citada acima, até o momento o mestrado de Tonetti rendeu um prêmio de segundo melhor trabalho apresentado oralmente no XXIII Congresso Brasileiro de Ornitologia, além de outras apresentações em congressos científicos e eventos de divulgação científica e também outros dois artigos desenvolvidos paralelamente à sua pesquisa com o

barbudinho. Em um desses artigos, ainda em processo de revisão por um periódico científico, Tonetti, junto com demais colaboradores, reportou 326 espécies de aves já registradas na região da Serra da Cantareira próxima à cidade de São Paulo, um número bastante expressivo quando se leva em consideração a proximidade da floresta com as grandes cidades

do entorno. Isso reforça o fato de a Serra da Cantareira ser considerada importante para as aves de acordo com a BirdLife International (a maior ONG de conservação de aves no mundo). O estudo reforça também a relevância de se preservar florestas ripárias. A proteção dessas florestas na Serra da Cantareira pode ser de fundamental importância para a conservação do barbudinho, além de poder apresentar impacto positivo para os reservatórios do Sistema Cantareira, que ainda se recupera de uma severa crise hídrica. Dessa forma, proteger as florestas nas margens dos rios pode auxiliar a conservação da biodiversidade e, ao mesmo tempo, o abastecimento de água de milhões de pessoas que dependem do Sistema Cantareira. 



Marco A. Pizo possui graduação em Ciências Biológicas (1991), mestrado (1994) e doutorado em Ecologia (1998) pela Unicamp. Entre 1999 e 2000 realizou seu pós-doutorado no Departamento de Botânica da Unesp em Rio Claro — SP, onde atuou como professor visitante até 2004. Entre 2005 e 2009 foi professor adjunto II e pesquisador do Programa de Pós-graduação em Biologia (área de Diversidade e Manejo da Vida Silvestre) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) em São Leopoldo — RS. Atualmente é professor assistente doutor no Departamento de Zoologia da Unesp em Rio Claro.

Parque Geológico Municipal em Rio Claro

PROJETO
ENVOLVE UNESP,
PREFEITURA
E INICIATIVA
PRIVADA

Dia 10 de novembro, às 9h, no Sítio São João, distrito de Assistência, Rio Claro, SP, ocorreu o lançamento da pedra fundamental do Parque Geológico de Assistência, parceria entre a Prefeitura Municipal, o Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Unesp de Rio Claro e a empresa Partecal – Partezani Calcários Ltda.

A iniciativa de criação do parque nasceu de estudos realizados pelo professor José Alexandre de Jesus Perinotto, vice-diretor do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Unesp de Rio Claro.

Localizado à margem da Rodovia Fausto Santomauro (SP-127), entre Rio Claro e Piracicaba, o Parque Geológico de Assistência é rico em rochas que contam um pouco da história do planeta Terra. O projeto será estruturado para o turismo científico, escolar, cultural e de lazer.

A assessoria científica do projeto será de responsabilidade do corpo de geólogos e paleontólogos do curso de Geologia da Unesp de Rio Claro, contando também com a colaboração de profissionais convidados. O projeto arquitetônico e toda a infraestrutura necessária deverão ser contratados a partir da definição do financiamento.

As Secretarias Municipais de Governo e de Planejamento, Desenvolvimento e Meio Ambiente

(Sepladema) participaram na liberação de área e acompanhamento dos entendimentos com a Cetesb. A área é de mineração e a Partecal fez a cessão de seu uso.

O PROJETO

A região de Rio Claro foi pioneira na exploração do petróleo (um dos primeiros poços perfurados pelo antigo Conselho Nacional do Petróleo foi em Assistência). Assim, a história deste importante recurso energético (hoje com sua exploração principalmente em alto-mar) também será dada a conhecer com mais detalhes. Adiciona-se a este ambiente científico-educacional concreto e prático, que nesta região se encontram importantes achados arqueológicos, como ferramentas líticas de povos muito primitivos que usavam o sílex para a manufatura de seus artefatos. Portanto, também a arqueologia dos primitivos povos paulistas poderá ser conhecida no parque.

Na área do parque pretende-se a construção de um museu, com parte das exposições das amostras mencionadas anteriormente, bem como exposições permanentes e itinerantes que apresentam a história geológica do sul/sudeste do Brasil, com amostras de todas as unidades geológicas da Bacia do Paraná e de seu embasamento, além dos fósseis característicos de

**NA ÁREA DO
PARQUE, HAVERÁ
UM MUSEU, COM
EXPOSIÇÕES
PERMANENTES E
ITINERANTES**



Frente de extração de calcário em exploração, exibindo alternância de calcário (camadas claras) e folhelhos (camadas escuras). No centro da foto, camada preta de rocha magmática – diabásio. Um “paredão” semelhante a este ficará preservado e exposto no Parque Geológico de Assistência. Nestas rochas, parte da história da Terra e da evolução da vida poderá ser acessada pelos visitantes.

Localização do
Parque Ecológico em
Assistência, bairro de
Rio Claro, SP



© Arquivo pessoal

cada período geológico registrado nesta bacia sedimentar. Haverá apresentação de filmes educativos e de painéis autoexplicativos no exterior do museu, espalhados estrategicamente pelo parque, junto a reconstituições, em tamanhos proporcionais, dos animais e vegetais que agora são registrados na forma fóssil.

A região é privilegiada em termos da natureza geológica e pelo fato de em Rio Claro encontrar-se um dos cursos de Geologia mais importantes do país, cujos profissionais há muito se dedicam aos estudos da Bacia do Paraná, principalmente envolvendo a região de Assistência.

LOCALIZAÇÃO

O bairro de Assistência fica à margem da rodovia SP-127 (Fausto Santomauro – entre Rio Claro e Piracicaba) e a área onde se pretende a criação do parque é de acesso muito facilitado, necessitando de infraestrutura viária de custo não elevado. O terreno ainda está para ser explotado (minerado para calcário) e a parceria com a mineradora garante que a frente de lavra se dará de acordo com o projeto de preservação da exposição desejada. Com a doação do terreno, após a lavra, para a Prefeitura Municipal de Rio Claro, o projeto será apresentado a diferentes instâncias governamentais visando ao seu financiamento.

A assessoria científica ficará por conta do corpo de geólogos e paleontólogos do curso de Geologia da Unesp/Rio Claro, contando com a colaboração de outros profissionais convidados. O projeto arquitetônico (já elaborado) e de toda a infraestrutura necessária deverá ser contratado a partir da definição do financiamento.

RESULTADOS ESPERADOS

O Parque será um dos muito poucos existentes em seu gênero e proporcionará o estabelecimento de um marco extremamente positivo para o Estado de São Paulo no que se refere à educação (desde infantil até universitária), ao turismo científico-cultural sustentável, além de uma sem igual área de lazer regional. Aos poucos, com a difusão do conhecimento, universitários brasileiros de todos os cantos (a exemplo da cidade de Itu) agendarão visitas guiadas ao parque.

Além disso, jovens universitários poderão estagiar como guias para outros universitários em excursões, e jovens e adultos da região também poderão contar com uma fonte de renda adicional ao se tornarem membros do corpo funcional da estrutura administrativa a ser criada.

JUSTIFICATIVA

A Bacia Sedimentar do Paraná é uma ampla região de rochas sedimentares e magmáticas



Cerimônia de lançamento da pedra fundamental do Parque Geológico de Assistência, 10/11/2016

que ocorre no centro-sul da América do Sul, totalizando vasta área de cerca de 1,6 milhão de km², abrangendo, em território nacional, parte dos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. A idade de suas rochas varia do Ordovício-Siluriano (cerca de 440 milhões de anos atrás) ao Cretáceo (cerca de 65 milhões de anos atrás), registrando grande parte da história evolutiva da Terra e da vida no planeta ao longo de centenas de milhões de anos.

No Estado de São Paulo, ao longo da Depressão Periférica Paulista, uma faixa geomorfológica deprimida entre o Planalto Atlântico e o Planalto Ocidental, aproximadamente de Sorocaba a Rio Claro, afloram rochas da Bacia do Paraná de idades Paleozóica e Mesozóica (entre 350 e 250 milhões de anos aproximadamente).

Boas exposições dessas rochas (afloramentos naturais ou produzidos por atividades humanas) são como um livro aberto para que a história da Terra e da própria vida possa ser contada de modo objetivo e claro, de fácil compreensão mesmo para aqueles não iniciados nas ciências geológicas.

Este é o exemplo que se observa na região do bairro de Assistência, na zona rural a sudoeste de Rio Claro. Ali, a mineração do calcário e da argila proporciona o afloramento

de belas e didáticas exposições daquelas que os geólogos denominam de Formação Irati e Formação Corumbataí.

A primeira, mais antiga, produtora de calcário dolomítico, constitui-se de uma sequência de folhelhos (argilitos) pretos, ricos em matéria orgânica, calcários cinza e lentes de sílex, e a segunda, de siltitos e argilitos marrom-avermelhados, matéria-prima para o polo cerâmico mais importante da América Latina.

É a partir destas exposições que se pretende a construção de um parque educativo-turístico e de lazer à semelhança do que ocorre nas cidades de Itu e Salto.

A partir das espetaculares exposições das rochas mencionadas, que contam uma parte da história da Terra na época em que grandes mares cobriam toda a região e que aos poucos deram lugar a litorais lamosos com abundantes e variadas formas de vida (incluindo o primitivo réptil fóssil do gênero Mesosauros), objetiva-se criar um parque que preservará estas exposições rochosas com seus fósseis característicos (animais e vegetais), oferecendo ao visitante de qualquer idade a oportunidade de conhecer a história do planeta Terra e da vida que nele se desenvolveu. Somada a esta importância natural, herança da própria natureza, a iniciativa congrega a empresa mineradora, a Universidade e a Prefeitura Municipal. 



A biorrefinaria como caminho

O CONCEITO DE BIORREFINARIA PRESSUPÕE O PROCESSAMENTO DE UM MATERIAL DE ORIGEM BIOLÓGICA EM LARGA ESCALA

A conversão da biomassa vegetal em produtos de forma eficiente e sustentável tem sido buscada sistemática e cientificamente em todo o mundo ao longo do último século. O uso dessa fonte renovável é estimulado quando comparada com matérias-primas fósseis (petróleo e carvão, principalmente) devido a fatores externos, como crises de abastecimento, instabilidade política nas regiões produtoras ou mesmo sobrevalorização de commodities, bem como pela introdução das questões ambientais nas decisões econômicas e políticas, uma vez que reconhecidamente adentramos o Antropoceno, era de forte impacto das ações humanas em todo o planeta.

Como termo moderno, o conceito de biorrefinaria pressupõe o processamento de um material de origem biológica – comumente vegetal – em larga escala para a obtenção de uma gama de produtos, combustíveis aí incluídos. A semelhança é estabelecida com a refinaria

do petróleo, do qual se obtêm nafta, gasolina, diesel, gás liquefeito de petróleo, asfaltenos, piche, dentre outros.

No Brasil, a biorrefinaria da cana-de-açúcar adentra seu quinto século de existência, sem o saber e sem ter o devido autoconhecimento. Produzimos intensamente açúcar (sacarose) e álcool etílico (etanol anidro e etanol hidratado) em volumes imensos de forma competitiva, quaisquer que sejam os cenários econômicos, internos ou externos, para comparação. Fazemos isso sem competição entre alimento e combustível. Há, porém, impactos sociais e de mudança do uso da terra, assuntos que fogem à discussão presente, mas abundantes na literatura especializada. Além dos dois produtos, há a obtenção do bagaço e da palha da cana, materiais de natureza celulósica, predominantemente sólidos, que são – ou podem ser – usados como combustível, tanto para dar a sustentabilidade energética para a obtenção do



Usinas de açúcar e álcool não são entendidas necessariamente como instalações químicas, tal como é uma petroquímica.

Já o processamento da madeira para obter polpa celulósica é o exemplo mais eficiente de biorrefinaria, pois movimenta quantidades enormes de biomassa – cavacos oriundos de árvores de reflorestamento, especialmente eucalipto – em reatores em condições de altíssima consistência, ou seja, com grande massa de sólido frente a pouca quantidade de líquido. Não apenas polpa e papel são assim obtidos, como também é possível a conversão em outros produtos, como a lignina, macromolécula de alto conteúdo de carbono e propícia à queima para o balanço energético do processo. Hoje a lignina já é comercializada em quantidades módicas, sendo considerada

A BIORREFINARIA DEVA PROMOVER MAIS PRODUTOS, ESPECIALMENTE COM O ADVENTO DO CHAMADO ETANOL DE SEGUNDA GERAÇÃO

açúcar, após evaporação da água onde é contido, quanto para a destilação do etanol formado após a fermentação da sacarose. Ao longo do tempo, especialmente nos últimos vinte anos, a eficiência dos processos de conversão e de queima fez com que houvesse excedentes de bagaço e de palha que podem ser usados para a cogeração, obtendo-se também energia elétrica. Independentemente da logística para usar essa energia, bagaço e palha não podem ser desconsiderados em uma usina.

Entende-se, porém, que a biorrefinaria deva promover mais produtos, especialmente com o advento do chamado etanol de segunda geração ou etanol celulósico, obtido a partir da fermentação da glicose e de pentoses (açúcares com cinco átomos de carbono), por meio de uma etapa preliminar de hidrólise dos carboidratos constituintes da biomassa vegetal. No entanto, são grandes as dificuldades para tornar viável a biorrefinaria com essa concepção moderna.

o produto da biorrefinaria com maior oportunidade para conversão em outros compostos de interesse da indústria química já instalada. Oportunidade que não esconde o desafio, dada a grande heterogeneidade da lignina, que requer procedimentos de refino mais sofisticados que os inicialmente elaborados para os derivados do etanol de segunda geração.

Refinar uma matéria-prima bruta requer o uso de catalisadores para diminuir a energia necessária e otimizar a seletividade do processo. A indústria de polpa e papel é a que está mais próxima dos processos químicos e apta para esse desafio, ou para capitanear a constituição de uma nova empresa dela derivada. O refino do petróleo passou por evolução análoga na metade do século passado, quando ele substituiu o carvão como base química.

Por fim, pedindo a devida vênia para parodiar o filósofo, não existe caminho para a biorrefinaria, a biorrefinaria é o caminho. 



Adilson Roberto Gonçalves, doutor em Química pela Unicamp, livre-docente pela USP e pesquisador do Instituto de Pesquisa em Bioenergia da Unesp – Rio Claro.

A NOÇÃO DE SOCIEDADE COMO PRODUTO DE DECISÕES E INTERAÇÕES DOS AGENTES RACIONAIS SUSCITOU UMA RELEITURA DE VÁRIOS TEMAS DA HISTÓRIA ECONÔMICA

Valeria o mesmo para as ciências que estudam tais mercados? A julgar pelo tema do Nobel de Economia de 2016, teoria dos contratos, a resposta seria sim. Trata-se de uma das ramificações da teoria dos jogos, que introduz a racionalidade social, superando o paradigma neoclássico do egoísmo socialmente desconectado. Considerando informação assimétrica e as correspondentes inclinações ao risco, a teoria dos contratos propõe pensar a economia em cima das figuras do principal e do agente. E as transações deixam de ser definidas apenas pelo fechamento, pela participação nelas, envolvendo também incentivos mutuamente compatíveis.

Vistas como contratos, relações econômicas ficaram mais abertas a redesenhos, dando à teoria maior poder de intervenção em algumas relações que nem se pensava como econômicas. A economia ficou assim mais parecida com as ciências naturais, ao mesmo tempo em que o terreno de políticas avançava para além daquele definido por instrumentos de governo. Políticas que, ainda, se orientavam pela noção de desenhos de mecanismos, um dos subprodutos deste novo paradigma, e base de outro Nobel de Economia.



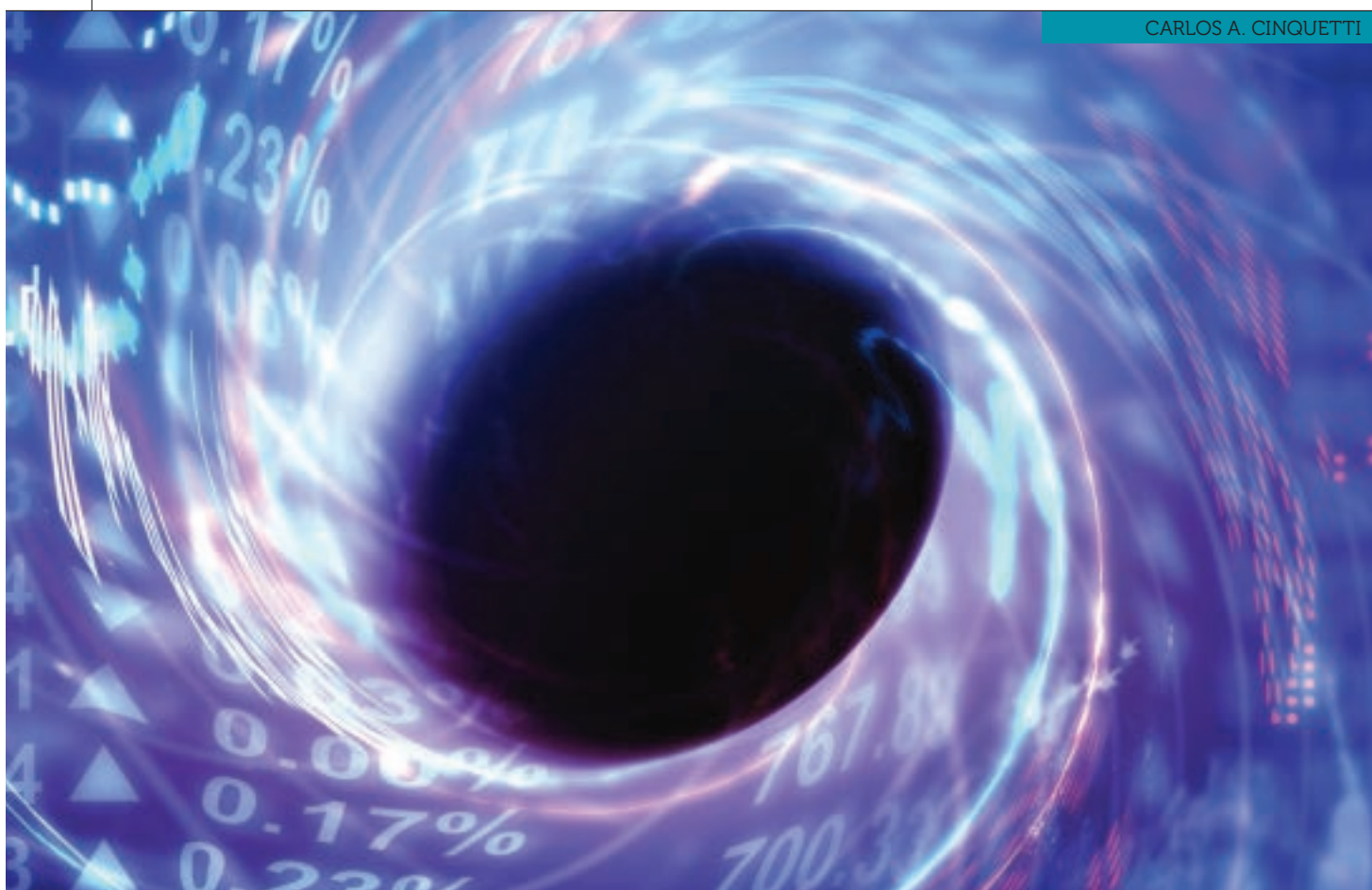


A própria agenda de pesquisa, orientada por mecanismos de incentivos, se orientou para temas como Educação, Saúde, Meio Ambiente, Crime, Arranjos institucionais em firmas, etc. A economia se tornou mais próxima das demais ciências sociais. Aliás, uma conversa entre um economista e um cientista político revelará uma afinidade conceitual e de abordagens que não se via há vinte anos.

Campos tradicionais da microeconomia e, mais notavelmente, da macroeconomia foram perdendo apelo. Aquela macroeconomia dos anos 1990, tão renovada com relação à dos 1960, já não está entre as estrelas de pesquisa das principais universidades do mundo. Sobretudo a macroeconomia de curto prazo, incluindo aí os modelos econométricos de previsões de flutuações em preços, emprego, salários, etc. Uma imagem bem característica das mudanças pode ser conferida pela composição dos novos dirigentes da American Economic Association. No Brasil, porém, o avanço da ciência econômica em direção a essas novas fronteiras de

pesquisa mundiais tem sido muito lento. Esse não é um fenômeno geral das ciências no país. Uma vivência mais diária com pesquisadores de centros de Matemática, Física, Medicina e outras ciências naturais no Brasil revelará que nossa ciência econômica está bem mais distante da fronteira internacional em pesquisas. Não surpreende, assim, que as pós-graduações daquelas áreas chegam a atrair alunos da Europa, da Ásia, etc., e o mesmo não acontece com as ciências sociais (com Economia).

Há um importante elemento histórico neste culto às tradições teóricas do passado. Mas, antes, aproveitemos o ensejo para salientar as profundas mudanças nos estudos em história econômica. A noção de sociedade como produto de decisões e interações dos agentes racionais suscitou uma releitura de vários temas da história econômica. Ganhou mais atenção o sucesso de certos arranjos institucionais, bem como o fracasso de outros, pensando indivíduos e sociedades a partir de esquemas contratuais, condizentes com estudos antigos



© Depositphotos

em história. Sem esquecer que esta nova história econômica se ancora, também, no uso de modelos de equilíbrio geral computacional. Voltemos ao contexto histórico das ciências sociais no país. A grande referência é a Guerra Fria, que se encerra com a queda do Muro de Berlim. Além dos dois grandes blocos, Rússia e EUA, com seus associados, havia um terceiro, formado por países em desenvolvimento (América Latina, África, parte da Europa e Ásia), que se pautou numa combinação dos dois mundos: socialismo e capitalismo. Disto seguiram políticas de desenvolvimento com forte presença do Estado, combinadas com um protecionismo comercial tendente a um crescimento voltado para dentro.

Este eclético capitalismo dirigista do Terceiro Mundo acabou suscitando, no plano da pesquisa econômica, uma agenda eclética bem epitomizada na combinação de Marx, Keynes e Schumpeter. Um casamento estranho, afinal a análise do crescimento via mudanças tecnológicas de Schumpeter segue o individualismo

metodológico, enquanto em Marx há um sujeito social (a mercadoria e o capital) que se submete à razão do indivíduo. Sem contar as recíprocas incongruências entre Marx e Keynes.

Muito se fala que o mundo ocidental foi keynesiano do pós II Guerra até os anos 1970. No Terceiro Mundo isto tomou a forma de estratégias de desenvolvimento que almejaram

**O PARADIGMA MAIS AMPLAMENTE
ACEITO É QUE UMA TEORIA É BOA SE PODE
SER POSTA EM DÚVIDA, SER REJEITADA**

ondas de investimentos — ancoradas num misto de modelos keynesianos de crescimento com booms por ganhos de escala que estabeleceria uma grande indústria onde, antes, não havia nenhuma. Essas estratégias foram, constantemente, fazendo água, de modo que, ao final, tínhamos políticas de estabilização ditando o resto, corroborando, talvez, o ceticismo de



Keynes pelo longo prazo, mas num sentido que não agradava até mesmo seus seguidores.

A grande mudança analítica será fomentada por evidências mostrando que não era o investimento que puxava crescimento duradouro, mas sim inovações. Noutro sentido, essas puxavam

NO BRASIL, O AVANÇO DA CIÊNCIA ECONÔMICA EM DIREÇÃO A NOVAS FRONTEIRAS DE PESQUISA MUNDIAIS TEM SIDO MUITO LENTO

os investimentos, que definitivamente contribuem para o crescimento. Isso traz à tona a figura do inovador. Em suma, o sepultamento do keynesianismo, nas teorias do Desenvolvimento Econômico, veio com um renascimento de Schumpeter, com cada um desses autores colocado coerentemente segundo seus legados.

Análises contemporâneas propõem uma noção mais ampla de inovações, capitanea-

das por elites econômicas, políticas, religiosas, científicas, artísticas, etc. Boas análises históricas vêm sendo feitas acerca das elites criativas nesta renovação das teorias do Desenvolvimento Econômico. O resultado é um cenário totalmente distinto com relação ao período da hegemonia neoclássica da segunda metade do século XIX até princípios do XX. Inovações assumindo tanta importância quanto alocação eficiente, e sendo definidas ao modo de relações contratuais, cuja eficácia depende tanto do poder legal em implementá-las quanto da percepção mútua dos agentes entre si.

No Brasil, a queda do muro de Berlim vem com a operação Lava-jato. Naufragou um projeto de desenvolvimento de intervencionismo estatal, que ainda escolhia os campeões empresariais, enquanto, no fronte político, se fazia uma demonização das elites. Justo quando, nas novas análises econômicas, a preocupação ia no sentido de pensar as elites criativas num ambiente de mobilidade social.



© Depositphotos

O Canadá é um dos exemplos próximos disso. E os ingredientes incluem, primeiro, um ensino básico e fundamental, em que dinheiro público também vai para algumas escolas particulares, fomentando concorrência entre elas. Segundo, universidades públicas, cujos preços mais baratos garantem acesso a muitas famílias de imigrantes, e com espírito empresarial, com dinamismo para acompanhar competitivamente as novas demandas e agendas de pesquisa. Terceiro, força da lei com proteção ao direito de propriedade. Quarto, abertura ao comércio internacional, garantindo maior espaço às premiações impessoais do mercado. Finalmente, um tratamento respeitoso às diversidades (étnicas, religiosas e sexuais), mas sem valorização do conflito, ao contrário, buscando interações que gerem confiança mútua.

E aqui chegamos às novas mentalidades dos que fazem a ciência econômica no período atual. Se há pouco havia um grande guarda chuva ideológico, que nos punha a perguntar

sobre a filiação política de nossas análises, se de direita ou de esquerda, se keynesiano ou neoclássico, isto não está mais no horizonte das novas gerações. A questão agora, tal qual o cientista natural, é apenas saber se soluciona um problema ou não e, com efeito, se dará ou não emprego e reconhecimento a este inovador das ciências. Uma agenda que, como ressaltamos no início, caminha cada vez mais próxima a temas de sensibilidade social.

Se ainda há incerteza se este é o melhor rumo, o mais sensato é, então, pensarmos o modelo geral de ciência. O paradigma mais amplamente aceito é que uma teoria é boa se pode ser posta em dúvida, ser rejeitada. Neste espírito, não há proposições universais e eternas. Num tal ambiente, o mais sensato ao profissional é trazer solução a problemas pontuais de sua esfera. Não significa um maior egoísmo, sobretudo se as dimensões sociais (ou contratuais) forem mais decisivas do que nas análises passadas. 



Carlos Alberto Cinquetti é professor do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp de Araraquara e pesquisador visitante da Universidade de Ottawa, Canadá.

Texto publicado originalmente na edição de dezembro de 2016 da revista Economistas do Conselho Federal de Economia - Cofecon.

Dia Mundial da Justiça Social

DATA É
CELEBRADA DIA
20 DE FEVEREIRO

Nunca me encantei muito com a ideia de se estabelecer um dia especial para este ou aquele nem para isto ou aquilo pelo simples fato de que as principais datas comemorativas nacionais e internacionais se transformaram via de regra em dias de maior consumo. Mas recentemente temos observado o estabelecimento de dias que procuram chamar a atenção para problemas sociais: Dia da Consciência Negra, Dia do Meio Ambiente e Dia Mundial da Justiça Social, por exemplo, celebrado em 20 de fevereiro.

De todos estes talvez a escolha mais acertada seja esta última, pois qualquer outro dia, seja ele Natal, Páscoa, Dia dos Pais ou das Mães, Dia da Independência, não poderá ser comemorado de fato se não houver justiça social. Se esta existir, então podemos comemorar com todas as nações e religiões a segurança e a paz, objetivo principal das Nações Unidas.

Aliás, qualquer nação como qualquer religião só veio a existir graças às suas leis. E estas só

existem porque se pretendem justas. A ONU, portanto, não está estabelecendo nada de novo. Esta preocupação com a justiça social e a paz entre as nações já se reflete em textos milenares, como a *Bíblia*.

Ora, sem justiça social nação nenhuma estará a salvo. Nova talvez seja a consciência de que se essa justiça social proclamada há milhares de anos até nossos dias nas constituições de nações, religiões, instituições de modo geral, se ela continuar apenas no discurso, a nossa paz e segurança estarão cada vez mais ameaçadas. Toda criança em sua prática e pureza ensina pa-

ra nós sábios, doutores, conhecedores das leis, que a violência e/ou repressão começa nela quando ela não tem o direito ao brinquedinho que tanto deseja. Na primeira ocasião vai disputar a tapa o brinquedo da outra.

Dos que julgam que isso sempre foi assim e assim sempre será nada podemos esperar, a não ser um ar de deboche ou de indiferença em relação àqueles que fazem da sua vida um

**SEM JUSTIÇA
SOCIAL, NAÇÃO
NENHUMA
ESTARÁ A SALVO**



caminho para a justiça social. Este caminho nunca pôde nem nunca poderá ser pautado apenas no discurso. É preciso que apareçam seres humanos com "fome e sede de justiça", conforme cada cultura pode ler em textos de sua referência, sejam eles laicos ou sagrados. No entanto, um texto em si pouco ou nada pode nos ensinar sobre justiça social. Quem ousar ultrapassar os limites do discurso certamente vai entrar para a história como "a justa", "o justo".

A cultura ocidental tem em seus textos sagrados referências à ressurreição dos justos e assinala a missão deles. A ONU com os seus objetivos de justiça social até o ano de 2030, entre eles "erradicação da pobreza", "promover o pleno emprego", "o trabalho digno", "a igualdade de gênero", "o acesso ao bem-estar social e à justiça para todos", parece parafrasear esses

textos. Talvez seja ela de fato uma organização capaz de unir todos os seres humanos em torno desse objetivo.

Mas, se quiser ter alguma chance, precisa primeiro em seus laboratórios compreender e mostrar ao mundo na prática que justiça social não pode ser estabelecida a partir de leis subjetivas, onde cada nação, cada religião, cada indivíduo estabelece a sua de acordo com as suas crenças. Ela é uma ciência que garante a sustentabilidade, o equilíbrio, a qualidade da vida na Terra para todos.

Cabe aos cientistas das nações, religiões e ONGs que de fato se interessam pela justiça social desvendar estas leis, confirmá-las na prática em seus laboratórios e torná-las assim leis universais, como são universais as leis das ciências exatas. 

Fragmento de monumento dos Direitos Humanos em Paris, França



Alceu João Gregory é professor da Unesp de Assis e, entre suas linhas de pesquisa, estão a Diversidade Cultural e a Interculturalidade.

O paulistano é solidário

SOLIDARIEDADE
NASCE DA
NECESSIDADE DE
PRESERVAR A SI
PRÓPRIO E, NA
SEQUÊNCIA, A
ESPÉCIE

Por conta de questões profissionais, eu – um paulistano nato – resido numa cidade de médio porte, localizada na região oeste do estado de São Paulo, há mais de 20 anos.

Mesmo assim, como dizem as pessoas que nasceram e residem no interior e passam, por vários motivos, a viver em outras cidades, sobretudo nas metrópoles: quem bebe a água de determinada cidade sempre retorna. Refiro-me, também, ao trecho da melodia *Asa Branca* (Humberto Teixeira e Luiz Gonzaga): quem é obrigado pela seca, pela fome e pela falta de esperança a sair (ou melhor: a ser expulso) de sua terra natal, jamais deixa de nutrir o desejo de voltar (mesmo quando ela – já sabemos – não corresponde mais às lembranças de tempos de outrora, sobretudo às vividas na infância e na adolescência). Segundo um colega, estudioso de andarilhos, até eles assinalam que, apesar de viverem de maneira “errante”, não deixam de nutrir o desejo de voltar a viver seus últimos dias ou, no limite, ser enterrados em sua terra natal.

Não é meu objetivo aqui dissertar sobre

esse desejo de voltar ou ter os restos mortais enterrados na cidade de nascença. Contudo, eu também desejo ter os meus igualmente enterrados na minha cidade de São Paulo, outrora terra da garoa (que, na minha memória, ainda a vejo dessa forma).

Basta-me dizer, amparado em uma vertente psicanalítica, que esse desejo é a tradução de outro desejo: o da volta ao útero materno, ao descanso, depois de tantas peripécias. É como se, à maneira de Ulisses da *Odisseia* de Homero, depois de tantas viagens e perigos enfrentados, o seu único desejo seja o de voltar para o conforto do lar e para os braços de Penélope.

Fiz esse preâmbulo, apenas, com a intenção de introduzir algo que há algum tempo tem me incomodado em relação ao comportamento de condutores de veículos automotivos e com propulsão humana (bicicletas). Com exceção dos motoqueiros e dos ciclistas (eles caberiam em outro artigo), cheguei à conclusão que os paulistanos – no tocante ao trânsito – são mais solidários do que as pessoas nativas e residentes do interior. Correndo o risco calculado de



© chensiyuan



© Marcelo Camargo

cometer uma generalização indevida, os paulistanos são solidários nesse quesito, ao passo que as pessoas do interior comportam-se como uma horda de primitivos.

POR QUE ESTOU A DIZER ISSO?

Todas as vezes que vou à Capital paulista, com o meu veículo automotivo, causa-me desconforto, a ponto de eu quase entrar em pânico, o modo como o trânsito dessa metrópole funciona. Todavia, a partir do segundo dia, dou-me conta que passo a me comportar como os meus iguais nativos, ou seja, começo a me queixar e dirigir impropérios aos condutores que não guiam adequadamente segundo os padrões dos paulistanos, a saber: não perder um segundo, por exemplo.

Porém, há algo que sempre presencio lá, a ponto de eu – assim como outras pessoas com as quais compartilhei tais inquietações – inferir que os paulistanos são realmente solidários. Exemplos não faltam. Caso você esteja numa via secundária e pretenda entrar na principal, sempre há algum motorista que nos sinaliza para fazer isso. Quando pretendemos mudar de faixa, basta que liguemos a seta indicando a intenção e/ou colocar a mão para fora ou

pedir para o passageiro que faça isso. Quase sempre, o motorista do veículo da outra faixa nos deixa atingir nosso intento. Sinal de “pare”, realmente é sinal para parar, “preferencial” é sempre preferencial, “estacionamento proibido” é igualmente proibido, “farol fechado” é sempre farol fechado, “velocidade de 60 km/h” é a de 60 km/h. É evidente que isso é respeitado, salvo um ou outro inconsequente ou outra pessoa tomada por profundo stress ou – o que é pior – quando ingerem bebida alcoólica ou estão sob o efeito de uma droga lícita ou ilícita (geralmente adolescentes que saem das baladas, bêbados e/ou drogados e acabam se julgando ases no volante, senhores do bem e do mal e que se julgam deuses).

Há, evidentemente, situações em que isso não ocorre. Mas, aí – depois de uns poucos minutos – é só colocar a frente do carro de maneira incisiva e o outro condutor acaba nos permitindo que entremos na via principal.

Essa conduta soa um tanto contraditória, diante de vários estudos que apontam que as grandes cidades contribuem para que nos tornemos insensíveis, nos preocupamos apenas com os próprios interesses, como se os outros não fizessem parte das soluções, e por aí vai.



Nelson Pedro-Silva é professor da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp em Assis.



© PortBay Hotels & Resorts

Acontece que, como já disse Jean Piaget (1896-1980) em *O nascimento da inteligência na criança*, a consciência nasce da dificuldade.

Digo isso para fazer a indagação: afinal, por que os paulistanos acabam sendo solidários? O que é a solidariedade?

Começarei a responder pela segunda indagação. Segundo o filósofo francês Comte-Sponville, a solidariedade é um estado de fato antes de ser um dever; depois é um estado de alma (que sentimos ou não), antes de ser uma virtude ou um valor.

Vê-se, então, que a solidariedade é um valor interesseiro. Por conseguinte, os paulistanos são solidários porque buscam garantir os próprios interesses. Eles não são assim, como se costuma compreender, movidos pelo coração, como ocorre em atos de generosidade. É o que ocorre, inclusive, com os grandes primatas (bonobos e chimpanzés). Segundo estudos recentes, eles têm manifestado comportamentos de solidariedade. Estes foram notados em relação aos filhotes que ficaram órfãos por terem tido suas mães devoradas por leopardos em determinada região da África. Vejamos, então, que eles só se tornaram solidários por uma questão de necessidade de preservar a espécie.

Nota-se, assim, que a solidariedade nasce justamente da necessidade de preservar a si próprio e, na sequência, a espécie. Jean Piaget, inclusive, teceu considerações a esse respeito. É possível depreender de seus estudos sobre psicologia moral que, apesar da brutal crise moral e ética em voga, caminhamos para a solidariedade genuína. É evidente: não por motivos ligados ao coração, mas porque sem ela a nossa existência estará ameaçada de deixar de existir.

OS PAULISTANOS TENDERÃO A AGIR, CADA VEZ MAIS, DE MANEIRA SOLIDÁRIA, MESMO QUE O CENÁRIO ATUAL SÓ SINALIZE O CONTRÁRIO

Como disse o médico Drauzio Varella, no tocante à obesidade, e que serve perfeitamente aos meus propósitos no presente ensaio: de um jeito ou de outro tenderemos a deixar de ser obesos, por uma questão de sobrevivência individual e da espécie. Em outras palavras, de uma maneira ou de outra, os paulistanos tenderão a agir, cada vez mais, de maneira solidária, mesmo que o cenário atual só sinalize o contrário. 



© Montagem

Diplomacia e Defesa

RESENHA DO LIVRO DE ÉRICA WINAND *DIPLOMACIA E DEFESA NA GESTÃO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995-2002): HISTÓRIA E CONJUNTURA NAS RELAÇÕES COM A ARGENTINA*.

As relações entre Argentina e Brasil são um tema frequente nas agendas de pesquisa acadêmica no campo das relações internacionais. Historicamente marcadas por uma rivalidade persistente, as relações bilaterais ganharam impulso cooperativo no final dos anos 1980 e, no início da década seguinte, a criação do Mercosul cimentaria a tentativa mútua de alterar o padrão de relacionamento entre os dois maiores países da América do Sul. Enquanto os componentes estratégico e econômico dessas relações foram fartamente analisados ao longo do tempo, menos frequentes são os estudos que destacam os elementos subjetivos, relacionados às crenças dos atores políticos envolvidos no desenvolvimento concreto das relações.

É precisamente sobre este aspecto que se debruça a pesquisa realizada por Érica Cristi-

na A. Winand, publicada no livro *Diplomacia e Defesa na Gestão Fernando Henrique Cardoso (1995-2002): História e conjuntura nas relações com a Argentina*. O livro – publicado pela coleção Paz, Defesa e Segurança Internacional da Editora Unesp – é resultado de tese de doutoramento defendida pela autora no programa de História e Cultura Política da Unesp, Câmpus de Franca, em 2010.

Como o título adverte, a análise é decomposta em uma face histórica e outra conjuntural, que se articulam para a construção do argumento central da autora: o de que a permanência de uma cultura política de rivalidade entranhada nos corpos diplomático e militar é, do lado brasileiro, um óbice ao aprofundamento de uma dinâmica cooperativa com a Argentina.

Apoiada no instrumental teórico-conceitual da escola francesa de História das Rela-

ções Internacionais e incorporando premissas construtivistas, Winand, no primeiro capítulo, esquadrinha minuciosamente a trajetória das relações argentino-brasileiras buscando identificar como a díade rivalidade/cooperação, somada à preponderância do Itamaraty em temas de política externa, moldou as ações brasileiras em relação à Argentina. Através de uma cartografia das relações bilaterais, realizada mediante a análise de fontes diplomáticas e militares, Winand ressalta como se forjou a rivalidade entre os dois países e como isso esteve intimamente relacionado à disputa pela preponderância regional, expressa em conhecidos episódios, como a disputa naval do começo do século XX, as tensões entre Vargas e Perón e o contencioso de Corpus e Itaipu, durante os regimes autoritários.

A autora sustenta que a rivalidade está presente na identidade internacional do Brasil e se incrustou no “âmago do Estado”, constituindo uma “corrente sentimental de longa duração” (p. 90), condicionante estrutural das relações com a Argentina. Aqui, cabe destacar o mérito da obra em evitar habilmente os esquemas estereotipados que, com frequência, marcam as análises do tema. A rivalidade é tomada como força profunda que limita o aprofundamento da cooperação, mas isso não importa dizer que outros padrões de convivência não possam existir e mesmo se impor em determinados momentos. De fato, o que se verifica ao longo da história é a alternância dessas duas gramáticas, sem a superação definitiva da rivalidade, nem tampouco sua conversão em afrontosa inimizade.

Mais adiante, Winand destacará ainda o pendor brasileiro a encarar a cooperação com os países sul-americanos através de um viés instrumental, em favor de sua ambição como ator de peso no âmbito mundial. Ser o fiador da estabilidade regional seria, nessa leitura, uma credencial valiosa para o país se legitimar na política internacional. A construção dessa estabilidade, por sua vez, está intimamente condicionada à forma das relações com a Argentina, o único país do entorno capaz de oferecer resistência concreta ao Brasil.

Na última parte da obra são tratados os aspectos conjunturais que envolvem as gestões do ex-presidente FHC. Aqui, o objetivo é concatenar os elementos estruturais destacados – o ideário da rivalidade, a separação entre as burocracias do exterior e militar e a primazia do Itamaraty – na análise da feitura e desdobramentos da Ata de Itaipava, mecanismo de entendimento para cooperação em defesa entre os dois países. A análise realizada é interessante, embora perca em vigor para os capítulos anteriores, o que pode ser consequência de uma questão burocrática. Como a documentação diplomática, fonte primária empregada na tese, somente se desclassifica após transcorridos dez anos, e o governo de Cardoso encerrou-se em 2002, a autora dispôs, na prática, de poucos meses para avaliar os documentos classificados referentes ao primeiro termo do presidente – liberados para consulta em 2009.

Ainda assim, o entrecruzamento de fatos

O LIVRO, CONSTRUÍDO PELA INTERSECÇÃO DE PASSADO E PRESENTE, RETRATA AS RELAÇÕES BILATERAIS DE FORMA EQUILIBRADA E COM FARTA BASE EMPÍRICA

costurados pela autora fornece um panorama rico do período. Mostra, por exemplo, como a diplomacia brasileira de fato assimilou o pleito argentino de ingresso na Otan, a visão do Brasil sobre exercícios militares conjuntos com a Argentina e a persistência de uma disputa pela liderança regional, mesmo sob um discurso que exaltava a amizade entre Brasília e Buenos Aires.

Ao final, tem-se uma obra relevante para a compreensão de um dos vértices centrais da política externa brasileira, um tema que, nos últimos anos, vem sendo objeto de crescente, embora ainda insuficiente, atenção social. O fato de o livro ser construído pela intersecção de passado e presente, e retratar as relações bilaterais de forma equilibrada e com farta base empírica, reforça a importância do texto. 



Diplomacia e defesa na gestão Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)
História e conjuntura nas relações com a Argentina
Érica Cristina Alexandre Winand
Coleção Paz, Defesa e Segurança Internacional
Editora Unesp
318 páginas



Matheus de Oliveira Pereira é mestre em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp, PUC-SP).

A banalidade do mal

EM SITUAÇÕES GRUPAIS A AUTONOMIA INDIVIDUAL É EM GRANDE PARTE ANULADA, O QUE FAVORECE A CANALIZAÇÃO DAS PULSÕES AGRESSIVAS REPRIMIDAS SOBRE INDIVÍDUOS ISOLADOS

Na noite de natal do ano de 2016, o vendedor ambulante Luiz Carlos Ruas foi brutalmente espancado até a morte por dois homens jovens em uma estação de metrô no centro de São Paulo. O caso teve grande repercussão na imprensa e nas redes sociais, em virtude de sua brutalidade e da divulgação pública das imagens do fato gravadas por câmeras de segurança.

Acontecimentos dessa natureza não são inéditos em grandes cidades brasileiras, trazendo à memória outros fatos tragicamente violentos e covardes. Um deles foi o assassinato do índio Galdino por cinco jovens de classe média alta que o incendiaram em um ponto de ônibus na cidade de Brasília em 1997, alegando, como defesa, terem imaginado que se tratava de um mendigo. Outro fato semelhante foi o espancamento de uma empregada doméstica, supostamente confundida com uma prostituta, por cinco jovens também de classe média na cidade do Rio de Janeiro em 2007.

O assassinato do vendedor ambulante apresenta diversos aspectos perturbadores já apontados em reportagens e textos opinativos na imprensa. Dentre tais aspectos vale ressaltar dois deles, que apresentam uma relação de continuidade com episódios análogos. 1) A escolha da vítima de crimes cometidos em

grupo não é meramente acidental, pois obedece a uma lógica precisa, para cujo conhecimento é essencial o conceito de estranho (unheimlich) formulado por Sigmund Freud. 2) A exemplo dos crimes já citados, contra o indígena e a empregada doméstica, os agressores disseram-se arrependidos após o fato, sendo que um deles, ao ser preso, declarou não ser uma pessoa má.

FREUD E O ESTRANHO

De acordo com Freud (nos textos *O estranho* e *Mal-estar na civilização*), pessoas estranhas ou estrangeiras a uma dada comunidade são alvo de sentimentos ambivalentes que oscilam entre a hostilidade manifesta e a familiaridade inconsciente. Quando empregado como instrumento de análise social, o conceito freudiano de estranho permite compreender que o preconceito e o desprezo contra pessoas que não se enquadram nos padrões de “normalidade” de uma dada sociedade encobrem certa identificação emocional que necessita permanecer inconsciente, sob pena de gerar forte crise de identidade.

Dessa maneira, quanto maior é a identificação inconsciente com estranhos ou estrangeiros, maior é a necessidade de ocultar tais sentimentos, o que explica o preconceito e as



© Dimitris Kolyris

atitudes violentas contra aqueles que representam a fraqueza e o insucesso na assimilação de padrões sociais hegemônicos. A circunstância grupal, que favorece o enfraquecimento da autocensura individual, propicia a ocasião para que grupos de pessoas secretamente frustradas consigo mesmas combatam a suposta fragilidade alheia em vez de dedicarem-se a um processo doloroso de elaborar as cicatrizes de sua identidade pessoal fracassada.

Em situações grupais a autonomia individual é em grande parte anulada, o que favorece a canalização das pulsões agressivas reprimidas sobre indivíduos isolados ou grupos numericamente inferiores. É por esse motivo que as vítimas desse tipo de violência não são aleatórias, sendo aquelas que encarnam a fragilidade reprimida dos próprios agressores: homossexuais, empregadas domésticas, indígenas, e, no caso de Luiz Carlos Ruas, a figura do vendedor ambulante, homem que trabalha na rua em condições precárias. Considerando o repertório conceitual da psicanálise de Freud, a história das perseguições fascistas evidencia que a vítima da barbárie converte-se para os agressores em uma espécie de tela projetiva, na qual são projetados os resquícios de uma personalidade mal integrada.

ARENDT E A BANALIDADE DO MAL

A filósofa alemã Hannah Arendt (no livro *Eichmann em Jerusalém*) surpreendeu a imprensa mundial e igualmente o ambiente acadêmico ao descrever Adolf Eichmann, oficial nazista e um dos grandes executores do holocausto judeu, não como um monstro moral ou um psicopata, mas como um homem comum, perfeitamente caracterizável como bom pai de família e cidadão exemplar no cumprimento de seus deveres. Em sua detalhada análise do julgamento de Eichmann, realizado em Jerusalém, em 1961, a filósofa explicitou o aspecto verdadeiramente perturbador da violência nazista, que consiste na desproporção entre a monstruosidade do assassinato em massa de seres humanos e a personalidade normal e desprovida de qualquer tipo de psicopatia,



ou de aversão religiosa ou ideológica de teor fundamentalista.

Eichmann era um burocrata frio, eficiente cumpridor de ordens, perfeitamente substituível por qualquer outro membro da hierarquia nazista. A ausência de motivação patológica, ideológica, religiosa ou moral para os crimes cometidos pelo oficial nazista levou a filósofa a caracterizar esse tipo de violência como “banalidade do mal”. A violência fascista é de natureza banal, pois não se enquadra em modelos ou padrões específicos, e se alimenta do caráter supérfluo da vida na sociedade de massas. Embora Arendt tenha se dedicado a estudar fatos socialmente circunscritos e historicamente datados, seu conceito de banalidade do mal é perfeitamente aplicável a outras situações em que a vida humana é considerada supérflua e descartável a ponto de não despertar nenhuma empatia capaz de impedir a brutalidade das agressões.

Em casos de barbárie gratuita como a que



© Igor Stevanovic

vitimou o vendedor ambulante, compreende-se por que o agressor pode perfeitamente não reconhecer malignidade em si mesmo, pois a própria categoria do mal foi rebaixada a um patamar de banalidade, de tal forma que qualquer outra pessoa, psicologicamente saudável e comum, poderia fazer o papel do assassino. Luiz Carlos Ruas foi vítima de uma versão cotidiana da banalidade do mal nas grandes cidades brasileiras, cujas condições de existência são a redução da pessoa humana ao estado de simples “coisa”, mero objeto descartável e por isso insuscetível de despertar, nos agressores que a coisificaram, sentimentos de empatia ou compaixão.

A IMPORTÂNCIA DO PENSAMENTO

O cruzamento dos conceitos de “estranho” (Freud) e de “banalidade do mal” (Arendt) apresenta notável potencialidade explicativa para a compreensão de fatos trágicos como o crime cometido contra um vendedor am-

bulante no metrô da cidade de São Paulo. A vítima, ao encarnar certo tipo de estranheza social, que é tornada pretexto para a canalização de pulsões agressivas acumuladas, tem sua própria vida convertida em algo descartável e supérfluo. Se as condições para que o mal se torne banal são a disseminação da frieza nas relações entre humanos, a incapacidade de empatia diante da dor alheia, e o caráter irrefletido do próprio espírito e intelecto, combater a violência do fascismo cotidiano requer contrapor-se ao estado geral de coisificação que transforma as relações entre homens em relações entre coisas.

Arendt chama a atenção para uma característica central do comportamento de Eichmann: a extrema superficialidade de uma mente inteiramente baseada em clichês. Diante dessa constatação, a filósofa (no livro *A vida do espírito*: o pensar, o querer, o julgar) enfatiza a necessidade de valorização do pensamento reflexivo como possibilidade de estranhamento do mundo e de uma possível resignificação dos valores morais e da vida cotidiana como elementos contrários à banalidade do mal. Compreender que o fenômeno não se restringe a episódios isolados, estando relacionado com o automatismo comportamental e com a cegueira de espíritos perpassados por frieza e apatia, desacostumados da atividade silenciosa e íntima do pensamento, será de vital importância para evitar a indesejável repetição de fatos dessa natureza.

A filósofa tinha perfeita consciência das imensas dificuldades enfrentadas por qualquer projeto educativo que viesse a prevenir a disseminação da barbárie. Theodor Adorno, filósofo alemão contemporâneo a ela e igualmente familiarizado com o tema da banalidade do mal, em seu texto *Educação após Auschwitz*, definiu com grande propriedade a dimensão dos obstáculos que se opõem a uma educação voltada para a desbarbarização: “O perturbador – porque torna tão desesperançoso atuar contrariamente a isso – é que esta tendência de desenvolvimento encontra-se vinculada ao conjunto da civilização”. 



Sinéio Ferraz Bueno é professor do Departamento de Filosofia da Unesp de Marília.



Portão principal de Auschwitz I, onde se lê a frase "Arbeit macht frei" ("O trabalho liberta").

© Tullio Bertorini (bertorini1/Pictor)

O perdão do papa Francisco e a morte de Primo Levi

O ESCRITOR
PRIMO LEVI DEVE
À EXPERIÊNCIA
EM AUSCHWITZ
A DESCOBERTA
DA SUA VEIA
LITERÁRIA

Em visita a Auschwitz, em julho de 2016, o papa Francisco pediu perdão a Deus, em nome da humanidade, pelos horrores ali cometidos. Em 31 de julho de 1987, morria em Turim, a sua cidade natal, Primo Levi, o famoso escritor judeu italiano, autor de, entre outras obras, *Se questo è un uomo* (*É isto um homem?*, na versão brasileira) e de *I sommersi e i salvati* (recentemente reeditado no Brasil com o título de *Os afogados e os sobreviventes*, Ed. Paz e Terra, tradução de Luiz Sérgio Henriques), respectivamente, um impressionante e aprofundado, do ponto de vista filosófico-literário, relato de uma experiência pessoal no inferno do campo de extermínio nazista, e um volume de ensaios sobre a memória relativa ao Holocausto. Pairam ainda dúvidas sobre a causa da sua morte, vitimado por uma queda

na escadaria do prédio onde morava. Sabe-se, porém, que o escritor passava por um período de depressão que o poderia ter levado ao suicídio, isto é, o escritor teria se jogado das escadas, provocando a própria morte. Vários livros sobre o escritor, entre os quais podemos citar o livro *Primo Levi di fronte e di profilo* de Marco Belpoliti, e obras recentes, como a do inglês Ian Thomson, com o título de *Primo Levi*, de 2007, sustentam a tese do suicídio, que nos parece bastante provável e plausível.

Levi, químico de formação, deve à experiência em Auschwitz a descoberta da sua veia literária. No entanto, em todos os seus escritos, nunca deixou de aproveitar os seus conhecimentos de química (e de alemão, conhecimentos estes que o salvaram da morte no campo). De grande observador dos elementos que cercam o

homem e que o compõem, compondo também toda a natureza, ele passou, graças ao inferno vivenciado no campo, a conhecedor refinado da condição humana. De fato, em *É isto um homem?*, o escritor observa que, submetido à fome e a todo tipo de humilhação e tortura, o ser humano perde paulatinamente a própria humanidade, retornando à condição animal ancestral, toda fundamentada no instinto de sobrevivência, que leva até à dissolução de cada regra de convivência civil, baseada no respeito ao semelhante, e conquistada a duras penas ao longo da história humana.

Uma das passagens mais significativas da obra-prima de Levi é a referência feita pelo narrador-protagonista (e testemunho) à *Divina Comédia* e, sobretudo, ao canto XXVI do Inferno, em que Dante imagina a última viagem com a consequente morte de Ulisses. Homero, ao concluir a *Odisseia*, não nos conta como Ulisses morreu, afirmando apenas que ele se encontrava velho e cansado, após tantas viagens. No maravilhoso sincretismo entre o mundo pagão greco-romano e o mundo cristão da *Divina Comédia*, o poeta florentino ouve o relato que a alma do herói grego faz a Virgílio, o ilustre poeta romano que no Inferno e em grande parte do Purgatório funciona como personagem-guia do viajante Dante. Ulisses conta a sua última fantástica viagem em direção ao sul, ultrapassando o Estreito de Gibraltar, até à montanha do Purgatório, que no imaginário cristão medieval se encontrava em um ponto não preciso do hemisfério sul. Sendo águas proibidas por Deus a qualquer navegador, Ulisses conta, num misto de entusiasmo e de tristeza, como Deus o fez naufragar, junto com os seus navegantes. Pois bem, é justamente esta passagem da *Comédia* que serve de consolo e que leva a profundas reflexões do narrador sobre a condição humana em meio ao inferno do campo de extermínio.

A nosso ver, Levi percebe claramente que Dante, ao punir Ulisses, estava punindo na verdade o orgulho e a vaidade dos humanos, que acreditam no poder ilimitado do conhecimento e da ciência, ousando ultrapassar as barreiras

impostas por Deus e, no caso de Auschwitz, da ética e do respeito devido ao semelhante. Levi constata tristemente que o delírio nazista foi corroborado por conhecimentos supostamente científicos, com a estreita colaboração de médicos e de cientistas.

Em *Os Afogados e os Sobreviventes*, o autor reflete sobre a memória complexa dos que sobreviveram aos campos de extermínio nazistas. Será que Primo Levi perdoou aos seus algozes, assim como o papa que, em nome de todos, pediu a Deus perdão pelos pecados cometidos durante a assombrosa e horripilante aventura nazista nos campos de concentração da Segunda Guerra Mundial? Outro famoso escritor piemontês, Cesare Pavese, também

A OBRA DE PRIMO LEVI CONSTITUI UM CONVITE À REFLEXÃO SOBRE O PERIGO DE TRANSFORMAR QUALQUER FÉ EM FANATISMO

suicida, assim como Levi (se aceitarmos a tese do suicídio), deixou ao morrer, num quarto de hotel de Turim, em 1950, uma carta que assim poderíamos traduzir literalmente: “perdoou a todos e a todos peço perdão”. Pavese quis associar, provavelmente, o perdão à compreensão, como se o ato de perdoar não fosse simplesmente esquecer os males que nos fizeram, mas procurar compreendê-los, se possível profundamente. Levi, portanto, assim como Pavese, perdoou Auschwitz e o horror nazista porque procurou compreender as razões que levaram a humanidade a essa “insana viagem,” como “il folle volo” (“o louco voo”) do Ulisses de Dante. A sua obra constitui, portanto, um convite à reflexão sobre o perigo de transformar qualquer fé, mesmo a fé na ciência humana, em fanatismo que não conhece dúvidas, e que ainda hoje seduz muitos seres humanos, convidando-os à pior forma de cegueira, a de quem não enxerga nada além do que supõe ser a única verdade possível, quase sempre defendida com a prepotência das armas. 



Sérgio Mauro e Claudia Fernanda de Campos Mauro são professores da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp de Araraquara.



Miles Ahead: muito Miles, pouco jazz

Miles Ahead não segue o modelo de “cinebiografia hagiográfica”, característica de algumas produções cinematográficas que retratam vidas de artistas. Tampouco segue o padrão histórico-cronológico, que sintetiza os momentos mais expressivos da carreira de um artista tendo como pano de fundo um panorama sociocultural. Essas produções geralmente se baseiam em um retrato das dificuldades que o artista enfrentou até chegar ao estrelato, ressaltando as condições desfavoráveis de sua origem em contraste com o poder transformador de seu talento.

Mutatis mutandi, essa é a estrutura de obras como *Ray* (2004), cinebiografia de Ray Charles dirigida por Taylor Hackford, *Bird – Charlie Parker* (1988), com direção de Clint Eastwood,

Lady Sing The Blues – Billie Holiday (1972), assinada por David Furie, e até mesmo do curioso filme de Woody Allen, *Sweet and Slow Down* (1999), sobre a vida de Django Reinhard, o gênio do “Jazz Manouche” (ou gypsy jazz), estrelado por Sean Penn.

O que pode ter levado o diretor Don Cheadle a desistir das duas opções mencionadas pode ter sido, em primeiro lugar, o fato de Miles Davis não ter tido exatamente uma “vida sofrida”, o que inviabilizaria o efeito de contraponto. Em segundo lugar, e talvez esse tenha sido o maior motivo, a consciência de que qualquer tentativa de retratar a história completa de Miles Davis significaria retratar, praticamente, toda a história do jazz, pelo menos a partir da segunda metade dos anos 40 até 1991.

© Divulgação / Sony Pictures



Distance

individualismo e até mesmo seu narcisismo foram fatores determinantes de um traço fundamental de sua reação ao racismo, que se caracterizava por uma postura de negação de um discurso vitimista.

Miles Davis não teve uma origem pobre, tampouco cresceu em um gueto de um grande centro urbano; isso certamente influenciou o modo como ele enfrentava tanto os conflitos sociais, como as instituições da indústria da música. O músico reagia, e não exatamente como um gentleman, quando tentavam tratá-lo como um negro oprimido pela pobreza e pelo preconceito. Filho de um dentista que também era proprietário de uma grande fazenda no Arkansas, cresceu em um bairro rico de St. Louis, teve acesso à educação e todo conforto de uma família de classe média. Seu nome era Miles Dewey Davis III. O efeito que os numerais ordinais acrescentados aos nomes próprios causa pode ser um artifício mas eles indicam, no mínimo, um ideal de linhagem e respeitabilidade. O próprio Cheadle gosta de lembrar: “Quando lhe perguntavam se tocava blues tão bem por ter conhecido a pobreza e a depressão, Miles costumava responder: ‘Quando era criança eu tinha um pônei. E você, tinha um pônei?’”.

por questões raciais – alguns exemplos desse engajamento são os álbuns *A Tribute to Jack Johnson* (1971) e *Tutu* (1986). Esse ponto de vista, no entanto, daria origem a um ótimo filme de Spike Lee e não foi essa a inspiração de Don Cheadle.

É preciso notar, ainda, que Miles Davis sempre participou de maneira muito peculiar do movimento por direitos civis nos EUA. A maneira como reagia às inúmeras provocações, injustiças e violências que ocorreram ao longo de sua vida refletia aspectos pouco comuns de personalidade e afirmação. Não é equívoco afirmar que sua origem social, seu





Tendo se iniciado no estudo do trompete com 13 anos, aos 16 já tocava profissionalmente em St. Louis. Em 1944, substituiu Buddy Anderson como terceiro trompete no grupo de Billy Eckstine, no qual tocavam na época Dizzy Gillespie e Charlie Parker – e só não acompanhou a banda pela insistência de seus pais para que completasse os estudos. Com dezoito anos já estudava na prestigiosa Juilliard School em Nova York, considerada um dos principais conservatórios e escolas de dramaturgia do mundo. Uma vez em Nova York, seu caminho até os grandes músicos da cena jazzística local foi imediato. Miles procurou a banda de Charlie Parker e em 1945 já participava de gravações de jazz e blues. A partir desses primeiros momentos na metrópole, Miles Davis nunca mais deixaria de contribuir para a música americana.

Merecem destaque as seguintes fases: o bebop e a gestação de *Birth of the Cool* – de 1944 a 1955; a formação do primeiro grande quinteto e sexteto, de 1955 a 1958 (John Coltrane – saxofone tenor, Red Garland – piano, Paul Chambers – contrabaixo e Philly Joe Jones – bateria); as gravações com Gil Evans – de 1957 a 1963 – e do seminal *Kind of Blue* – de 1959 a 1964 (Miles Davis – trompete, Julian “Cannonball” Adderley – saxofone alto, John Coltrane – saxofone tenor, Bill Evans – piano, Wynton Kelly – piano em *Freddie Freeloader*, Paul Chambers – contrabaixo, Jimmy Cobb – bateria); o segundo grande quinteto – de 1964 a 1968 (Wayne Shorter – saxofone, Herbie Hancock – piano, Ron Carter – baixo e Tony Williams – bateria); a fase elétrica – de 1968 a 1975 – com o “quinteto perdido” (Wayne Shorter, Chick Corea, Dave Holland e Jack DeJohnette, além de John McLaughlin); e, por fim, a chamada década final – de 1981 a 1991, fase em que lançou *You’re under arrest* (1985), *Tutu* (1986), *Music from Sista* (1987), *Amandla* e *Aura* (1989), *Doo Bop* (1992).

Diante de tantas possibilidades de reproduzir momentos fundamentais da história do jazz, a opção de Cheadle foi limitada e reducionista: o diretor escolheu por retratar somente

dois dias conturbados da vida do trompetista. O filme tenta mostrar alguns traços de sua personalidade artística enfocando o período entre 1975 e 1980, fase em que o artista não produziu nenhum álbum de estúdio e se recolheu em sua casa sem agenda de shows, com problemas de saúde (uma osteoartrite que o levaria a várias operações) e envolvimento com álcool e drogas. Esse período também foi marcado por vários conflitos com a direção da gravadora Columbia.

A apropriação que as gravadoras faziam da obra dos artistas é retratada de maneira caricata por Cheadle. De fato, a indústria fonográfica abusava de jogadas de mercado, lançando coletâneas e materiais inéditos muitas vezes sem o consentimento ou a supervisão dos artistas. Como afirma um diretor da gravadora no filme: uma vez que as gravações eram feitas sob

A INDÚSTRIA FONOGRÁFICA LANÇAVA COLETÂNEAS E MATERIAIS INÉDITOS MUITAS VEZES SEM O CONSENTIMENTO DOS ARTISTAS

contrato, o material artístico que se produzia passava a ser propriedade das gravadoras e não mais dos artistas. O tema perpassa todo o roteiro do longa-metragem; Miles faz investidas na sede da Columbia Records armado de um revólver e ajudado por um jornalista da *Rolling Stone*, interessado em uma entrevista, para reaver uma de suas preciosas gravações. Durante dois dias de confusões, brigas, tiroteios e consumo de cocaína, Miles sofre com sua doença degenerativa, recorda sua turbulenta relação com Frances Davis e tenta recuperar sua música.

A aposta de Cheadle nesse contexto passa pela ênfase em algo que sempre se espera de grandes artistas: a ideia de que, quando estão fora dos estúdios das grandes gravadoras, e muitas vezes em franco conflito com elas, continuam criando novas possibilidades para sua arte. Esta hipótese, mais do que válida, seria a própria salvação do filme, se a fase



© Divulgação / Sony Pictures

posterior a esse hiato tivesse sido realmente importante na carreira de Miles Davis.

É notório que o artista sempre surgiu com inovações e reinvenções musicais após hiatos criativos. Basta repetir a já desgastada fórmula usada para definir a carreira de Miles após sua morte para termos uma ideia de sua fecundidade: “Miles Davis foi o único músico que teve influência direta no surgimento de movimentos como bebop, cool jazz, jazz orquestral, jazz modal, jazz-rock (fusion), jazz-funk, hip-hop”. Don Cheadle, no entanto, se debruçou sobre a época errada.

O período posterior aos seis anos de silêncio (75-80) não foi a melhor fase criativa de Miles. Nesse período ele lançou *The Man with the Horn* (1981) e *You're Under Arrest* (1985), álbuns que não foram poupados pelos críticos e muito menos pelos músicos de jazz. Com o segundo, ataca com uma fase new wave, com bateria eletrônica programada, gravações de música pop e arranjos bastante distantes da linguagem do jazz clássico, opção que já se anunciava com *Decoy* (1984). Por razões óbvias, fizeram algum sucesso as versões de *Human Nature*, de Michael Jackson, e de *Time After Time*, de Cyndi Lauper, no entanto, essa inserção no mundo da música pop, que para alguns representava criatividade, inovação, novos rumos, para outros soava como decadência e aderência aos apelos da indústria da música que ele mesmo, à sua maneira, combatia.

Boa parte do público de jazz considerou os álbuns dos anos 80 verdadeiros insultos aos fãs. Wynton Marsallis, que nunca escondeu sua reverência pelo conjunto da obra de Miles, afirmou que ele parecia um velho tentando parecer jovem. Miles imediatamente respondeu que “Wynton parecia um jovem tentando ser velho”, referindo-se à postura conservadora de Marsallis. A opção por um tradicionalismo no jazz distanciava francamente Wynton das opções de Davis, além, é claro, de toda aquela diferença de figurino.

O que incomoda no filme de Cheadle é a ideia de que várias fases da carreira de Miles poderiam ser retratadas com maior impacto

tanto sobre o público aficionado em jazz como sobre o grande público. As fases anteriores a *Birth of the Cool* em 1957, o período anterior à gravação do *Kind of Blue* de 1959, ou mesmo o trecho anterior a 1970, quando eclodiu a fase do fusion com a gravação do lendário *Bitches Brew* e, ainda, as cartadas finais com Tutu e Doo Bop, que contaram com as colaborações de Marcus Miller e Easy Mo Bee, qualquer um desses períodos ofereceria ao diretor várias maneiras de explorar a experiência de reproduzir, no cinema, o impacto de grandes gravações do jazz.

Em suma, Don Cheadle não opta pela batida mitificação heroica do artista salvo pelo talento, não enfatiza os aspectos sociais da vida de Miles com um pano de fundo histórico (apesar de retratar o famoso episódio de racismo no *Village Vanguard*), não evidencia explicitamen-

BOA PARTE DO PÚBLICO DE JAZZ CONSIDEROU OS ÁLBUNS DOS ANOS 80 DE MILES DAVIS VERDADEIROS INSULTOS AOS FÃS

te sua importância para a história do jazz fase por fase. Essas escolhas parecem ter surgido da tentativa de se distanciar de clichês e fórmulas muito frequentes nas cinebiografias. Por outro lado, o diretor não faz a melhor escolha no que diz respeito à fase retratada e, mesmo tendo apostado em novas perspectivas em cinebiografia, *Miles Ahead* chega a ser frustrante em se tratando de uma obra sobre um artista do quilate de Miles Davis.

Felizmente, as cenas finais guardam um presente para o público de jazz. Don Cheadle encerra com *What's Wrong with That* em uma celebração/tributo executada por ele próprio, Robert Glasper, Gary Clark, Jr., Herbie Hancock, Keyon Harrold, Antonio Sanchez, Esperanza Spalding e Wayne Shorter. A sensação final não poderia ser outra, é a reconfortante certeza de que a melhor forma de lembrar de Miles Davis é através de sua música, não de sua intimidade. 



FÁBRICA DE ÓPERAS

Projeto pioneiro, sob a direção artística e musical do maestro Abel Rocha, o Fábrica de Óperas congrega professores, alunos e ex-alunos dos cursos de bacharelado e de pós-graduação em canto, licenciatura, regência, instrumento, artes cênicas e visuais do Instituto de Artes (IA) da Unesp. Os mais de 45 participantes se revezam nas diversas atividades e personagens dos espetáculos.

Durante o seu VIII Festival, no IA, em São Paulo, SP, foram apresentados três diferentes espetáculos, cantados em português, que se revezaram durante os quatro dias do Festival, entre os dias 3 e 6 de novembro de 2016: *A Solteirona e o Ladrão*, ópera cômica em um ato de G. C. Menotti; *A Voz Humana*, ópera em um ato de F. Poulenc, sobre texto de Jean Cocteau; e *Happy Hour: uns musicais*, cenas de famosos musicais da Broadway, cuja imagem ilustra esta página.





© Chenxiyuan

O sorriso do Ano Novo

Entrar no Ano Novo é como entrar num shopping center. É um universo pleno de incertezas. Não sabemos se é noite ou se é dia. Não sabemos se chove ou se faz sol. Não sabemos quem podemos encontrar. Não sabemos se vamos encontrar alguém conhecido. Não sabemos se tudo estará exatamente onde estava na última vez que estivemos lá.

Há no shopping elementos artísticos: a montagem das vitrines e a decoração dos corredores, por exemplo. Existe ainda uma arquitetura na construção do prédio, mais ou menos agradável de acordo com o olhar de cada um. E há uma educação de comportamentos padronizados, como ceder espaço a idosos, crianças ou pessoas com deficiência.

O Ano Novo é assim também. Queremos

que ele seja repleto de arte, criatividade e de beleza, pois ansiamos por um mundo mais humano e agradável. Queremos construir nossas trajetórias como um prédio elegante em que impere a felicidade, que cada um entenda felizmente de um jeito. E queremos uma sociedade mais educada, em que respeito e liberdade sejam palavras fundamentais.

Sair do Primeiro Dia do Ano Novo é como sair de um shopping center. As incertezas continuam. O que diferencia o 1.º de janeiro é que ele nos alimenta a esperança. Parecem ser 24 horas mágicas, sem medo. Acreditamos por momentos que tudo pode ser novo embora pareça igual. E isso é muito mágico, como o sorriso espontâneo de uma criança vendo fogos de artifício no céu. 



Oscar D'Ambrosio é doutor em Educação, Arte e História da Cultura, mestre em Artes Visuais e assessor de Comunicação e Imprensa da Unesp